

Prefeitura Municipal de Pedreira do Estado de São Paulo

PEDREIRA-SP

Professor Adjunto de Educação Básica

Concurso Público Nº 1/2018 - Edital de Abertura de Inscrições

ST042-2018

DADOS DA OBRA

Título da obra: Prefeitura Municipal de Pedreira do Estado de São Paulo

Cargo: Professor Adjunto de Educação Básica

(Baseado no Concurso Público Nº 1/2018 - Edital de Abertura de Inscrições)

- Língua Portuguesa e Interpretação de Textos
- Matemática e Raciocínio Lógico Quantitativo
 - Conhecimentos Gerais e Atualidades
 - Legislação do Ensino
 - Conhecimentos Pedagógicos
 - Conhecimentos Específicos

Gestão de Conteúdos

Emanuela Amaral de Souza

Diagramação/ Editoração Eletrônica

Elaine Cristina
Igor de Oliveira
Ana Luiza Cesário
Thais Regis

Produção Editorial

Suelen Domenica Pereira
Leandro Filho

Capa

Joel Ferreira dos Santos

SUMÁRIO

Língua Portuguesa e Interpretação de Textos

Leitura e interpretação de textos literários e não literários – descrição, narração, dissertação, etc.....	01
Novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa.....	44
Fonética: Encontros vocálicos – ditongo, tritongo, hiato.....	01
Encontros consonantais.....	01
Dígrafos.....	01
Classificação das palavras quanto ao número de sílabas - monossílabas, dissílabas, trissílabas, polissílabas.....	07
Divisão silábica.....	114
Sílaba tônica.....	47
Classificação das palavras quanto ao acento tônico - oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas.....	07
Ortoepia.....	115
Prosódia.....	115
Ortografia.....	44
Acentuação Gráfica.....	47
Crase.....	71
Notações léxicas.....	44
Abreviatura, siglas e símbolos.....	04
Morfologia: Estrutura das palavras – raiz, radical, palavras primitivas e derivadas, palavras simples e compostas.....	07
Formação das palavras – derivação, composição, redução, hibridismos.....	04
Sufixos.....	04
Prefixos.....	04
Radicais.....	114
Classificação e flexão das palavras - substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, etc.....	07
Semântica: Significação das palavras – sinônimos e antônimos.....	76
Análise sintática - frase, oração e período.....	63
Termos Essenciais da Oração - sujeito, predicado.....	63
Termos integrantes e acessórios da oração - objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, agente da passiva, adjunto adnominal, adjunto adverbial, aposto, vocativo, etc.....	63
Classificação das orações: principal, coordenadas, subordinadas, reduzidas, etc.....	63
Sinais de Pontuação – emprego da vírgula, ponto-e-vírgula, dois-pontos, ponto final, ponto de interrogação, ponto de exclamação, reticências, parênteses, travessão, aspas, colchetes, asterisco, parágrafo.....	50
Sintaxe de concordância – nominal e verbal.....	52
Regência nominal e verbal.....	58
Sintaxe de colocação.....	63
Modos e tempos verbais, infinitivo, gerúndio e particípio.....	07

Matemática e Raciocínio Lógico Quantitativo

Números inteiros: operações e propriedades.....	01
Números racionais, representação fracionária e decimal: operações e propriedades.....	01
Razão, proporção e progressões.....	11
Porcentagem.....	74
Regra de três simples e composta.....	15
Equação do 1.º grau.....	23
Média, mediana e moda.....	43
Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade.....	19
Relação entre grandezas: tabelas e gráficos.....	37
Coleta, organização e apresentação de dados.....	43
Análise combinatória: contagem, fatorial, permutações, arranjo, combinação.....	117
Probabilidade.....	117
Geometria plana: ponto, reta, posição relativa entre duas retas, distância entre ponto e reta; inequações do 1º grau; área de triângulos.....	49

SUMÁRIO

Raciocínio lógico.....	95
Reconhecimento de sequências e padrões Compreensão de estruturas lógicas Dedução. Conclusão.	95
Princípios de contagem e probabilidade.	117
Verificação da verdade dos argumentos.....	95

Conhecimentos Gerais e Atualidades

Questões de conhecimentos gerais e atualidades relacionadas à Política, Economia, Sociedade, Saúde e Nutrição, Ciências e Tecnologia, Meio Ambiente, Educação, Cultura, Esporte, Religião.....	01
História (Brasil e Mundo),.....	08
Geografia (Brasil e Mundo).....	12

Legislação do Ensino

Estatuto e Plano de Carreira, Cargos e Remunerações do Magistério Público Municipal – Lei Municipal nº 2412/2003 e suas alterações (www.camarapedreira.sp.gov.br).....	01
Plano Municipal da Educação – Lei Municipal 3.520/2015 ((www.camarapedreira.sp.gov.br).....	01
Resolução CNE/CP nº 2/2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular (http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf).....	01
Lei Federal nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm).....	08
Lei Federal nº 11.494/2007 - Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11494.htm).....	26
Lei Federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, artigos 1º ao 6º, 53 a 59, 83 a 85 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm).....	35
Resolução CNE/CEB nº 4/2010 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf).....	39
Resolução CNE/CEB nº 7/2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos (http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf).....	49
Resolução CNE/CEB nº 5/2009 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf).....	57

Conhecimentos Pedagógicos

Alfabetização. Construção da representação da linguagem escrita. Leitura.	01
Evolução da escrita.	06
Ensino e aprendizagem.	06
As inteligências múltiplas e seus estímulos: relação entre inteligência e aprendizagem.	07
Novas competências profissionais para ensinar: competências que se pretendem nos alunos e professores e como desenvolvê-las.	10
Teorias Psicogenéticas - Piaget, Wallon e Vygostsky.	17
Inclusão escolar.	22
Tópicos de Didática: Prática educativa, Pedagogia e Didática;	35
Didática e democratização do ensino;	36
Teoria da Instrução e do Ensino; O processo de ensino na escola;	37
O processo de ensino e o estudo ativo; Os objetivos e conteúdo de ensino; Os métodos de ensino;	37
A aula como forma de organização do ensino;	37
A avaliação da aprendizagem escolar;	50
O planejamento escolar;	58
Relações professor-aluno na sala de aula.	59
Disciplina e indisciplina na escola.	60
Teorias psicogenéticas.....	62

SUMÁRIO

Bibliografia referencial – Livros e artigos:

ANTUNES, Celso. As inteligências múltiplas e seus estímulos (Papirus, 2008).	62
ANTUNES, Celso. A avaliação da aprendizagem escolar (Vozes, 10ª ed. 2016).	72
ANTUNES, Celso. Como desenvolver as competências em sala de aula (Vozes, 2001).	76
AQUINO, Julio Groppa (Org). Indisciplina na Escola: Alternativas Teóricas e Práticas (Summus, 1996).	77
DELORS, Jacques. Os quatro pilares da educação. In: Educação: um tesouro a descobrir. Cap. 04 (Cortez, 1998).	79
FERREIRO, Emilia. Alfabetização em processo (Cortez, 21ª ed. 2015).	79
FERREIRO, Emilia. TEEBEROSKY, Ana. Psicogênese da Língua Escrita (Artmed, ed. 20 anos, 2007).	81
FERREIRO, Emilia. Reflexões sobre alfabetização (Cortez, 26ª ed. 2015).	82
MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: pontos e contrapontos (Summus, 7ª ed. 2006).	88
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa (Paz e Terra, 1997).	90
LA TAILLE, Yves de et al. Teorias Psicogenéticas em discussão (Summus, 1992).	104
LIBÂNEO, José Carlos. Didática (Cortez, 2013).	113
LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar (Cortez, 1998).	122
MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à Educação do Futuro (Cortez, 2011).	126
PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar.	127
SILVA, Ana Beatriz Barbosa. Bullying: mentes perigosas na escola (Principium, 2ª ed. 2015).	127
SOLÉ, Isabel. Estratégias de Leitura (Penso. 6ª ed. 2012).	129
WEISZ, Telma. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem (Ática, 2ª ed. 2009).	136

Conhecimentos Específicos

Base Nacional Comum Curricular: Introdução: marcos legais, fundamentos, pacto Inter federativo; Estrutura da BNCC;	01
A etapa do Ensino Fundamental: O Ensino Fundamental no contexto da Educação Básica;	01
Anos Iniciais: Competências específicas, unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades nas áreas de Línguas, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso.....	02
Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.....	02
Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental de 9 anos.	13
Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil.....	15
Tópicos do Referencial Curricular para a Educação Infantil: Volume 1 – Introdução: A criança; Educar; O professor de Educação Infantil; Organização do Referencial Curricular para a Educação Infantil; Objetivos Gerais da Educação Infantil; A instituição e o projeto educativo.	23
Volume 2 - Formação Pessoal e Social: Concepção; Aprendizagem; Objetivos; Conteúdos; Orientações Gerais para o professor.	23
Volume 3 - Conhecimento de Mundo: Movimento; Música; Artes Visuais; Linguagem Oral e Escrita; Natureza e Sociedade; Matemática.....	23
Direitos das crianças em ambiente de creche: brincadeira; atenção individual; ambiente acolhedor, seguro e estimulante; contato com a natureza; higiene e saúde; alimentação sadia; desenvolvimento da curiosidade, imaginação e capacidade de expressão; movimento em espaços amplos; proteção, afeto e amizade; expressão dos sentimentos; especial atenção durante seu período de adaptação à creche; desenvolvimento da identidade cultural, racial e religiosa.....	24
Música na Educação Infantil.....	33
A matemática na educação infantil.....	33
Teoria e prática em psicomotricidade.....	65
Aprender e ensinar na educação infantil.....	66
Os fazeres na educação infantil.....	75
Avaliação na pré-escola.....	76
Tópicos dos Parâmetros Curriculares Nacionais: Volume 1 – Introdução: Princípios e fundamentos; Organização; Objetivos; Conteúdos; Avaliação; Orientações Didáticas; Objetivos Gerais do Ensino Fundamental.....	84
Volume 2 – Língua Portuguesa: Caracterização da área de Língua Portuguesa; Aprender e ensinar Língua Portuguesa na escola; Objetivos gerais da Língua Portuguesa para o ensino fundamental; Os conteúdos de Língua Portuguesa para o ensino fundamental; Critérios de avaliação; Primeiro ciclo; Segundo ciclo.....	84
Volume 3 – Matemática: Caracterização da área de Matemática; Aprender e ensinar Matemática no ensino fundamental; Objetivos gerais de Matemática para o Ensino Fundamental; Os conteúdos de Matemática para o ensino fundamental;	

SUMÁRIO

Primeiro ciclo; Segundo ciclo.....	85
Volume 8 – Apresentação dos temas transversais e Ética.....	85
Volume 9 – Meio Ambiente e Saúde.	85
Volume 10. Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Ideias infantis sobre a escrita. Ideias infantis sobre a leitura. Ensinar a escrever e a ler (bases psicopedagógicas).....	85
Conteúdos curriculares e sequenciação.	85
Orientações didáticas: Relações entre a linguagem oral e a linguagem escrita; O sistema alfabético;	86
A escrita como produção de textos; A leitura como interpretação e compreensão de textos.	92
Os textos como unidade básica da língua escrita.	96
Análise e reflexão sobre a própria língua.....	96
Sistemas de comunicação verbal e não-verbal.....	98
Instrumentos para a avaliação.....	99
Comunicação em Matemática.....	100
Textos em Matemática.....	102
Ler e aprender Matemática. Resolução de problemas e comunicação;.....	102
Os problemas convencionais nos livros didáticos.....	103
Conhecendo diferentes tipos de problemas. Diferentes formas de resolver problemas; Por que formular problemas;	105
A informática e a comunicação matemática.....	107

Bibliografia referencial

Normas e publicações institucionais: Resolução CNE/CEB nº 4/2010 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf).....	107
Resolução CNE/CEB nº 5/2009 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf).....	107
Resolução CNE/CEB nº 7/2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos (http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf).....	107
Base Nacional Comum Curricular (http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EF_EF_110518_-versaofinal_site.pdf).....	107
Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Volume 1 – Introdução (http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf);.....	107
Volume 2 – Formação Pessoal e Social (http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2.pdf);.....	107
Volume 3 – Conhecimento de Mundo (http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf).....	108
Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças (http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/direitosfundamentais.pdf).....	108
Parâmetros Curriculares Nacionais – 1º e 2º ciclos do EF: Volume 1 – Introdução;.....	108
Volume 2 – Língua Portuguesa;.....	108
Volume 3 – Matemática. Volumes 8, 9 e 10 - Temas Transversais: Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual (http://portal.mec.gov.br).....	108
Livros e artigos: ALMEIDA, G. P. Teoria e prática em psicomotricidade. WAK, 2006. BASSEDAS, Eulália (org.). Aprender e ensinar na educação infantil. Artmed, 2011.....	108
BRITO. Teca Alencar de. Música na Educação Infantil. Peirópolis, 2003.....	109
CURTO, L.M.; MURILLO, M.M.; TEIXIDÓ, MM. Escrever e ler: como as crianças aprendem e como o professor pode ensiná-las a escrever e ler - Volume I. Artmed, 2000.	109
FERREIRA, M. C. R (org.). Os fazeres na educação infantil. Cortez, 2011.....	110
FERREIRO, E. Alfabetização em processo. Cortez, 21ª ed., 2015.....	110
FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. Psicogênese da Língua Escrita. Artmed, 1999.....	110
FERREIRO, E. Reflexões sobre alfabetização. Cortez, 26ª ed., 2011.....	111
HOFFMANN, J. M. L. Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Mediação, 2015.....	112
LERNER, D. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Artes Médicas, 2007.....	114
SMOLE, K. C. S. A matemática na educação infantil. Artmed, 2003.....	119
SMOLE, K.; DINIZ, M. I. Ler e escrever e resolver problemas. Artes Médicas, 2001.....	119
SOLÉ, I. Estratégias de Leitura. Penso, 6ª ed., 1998.....	121

LÍNGUA PORTUGUESA

Letra e Fonema.....	01
Estrutura das Palavras.....	04
Classes de Palavras e suas Flexões.....	07
Ortografia.....	44
Acentuação.....	47
Pontuação.....	50
Concordância Verbal e Nominal.....	52
Regência Verbal e Nominal.....	58
Frase, oração e período.....	63
Sintaxe da Oração e do Período.....	63
Termos da Oração.....	63
Coordenação e Subordinação.....	63
Crase.....	71
Colocação Pronominal.....	74
Significado das Palavras.....	76
Interpretação Textual.....	83
Tipologia Textual.....	85
Gêneros Textuais.....	86
Coesão e Coerência.....	86
Reescrita de textos/Equivalência de Estruturas.....	88
Estrutura Textual.....	90
Redação Oficial.....	91
Funções do "que" e do "se".....	100
Variação Linguística.....	101
O processo de comunicação e as funções da linguagem.....	103
Figuras de linguagem.....	111
Divisão silábica.....	114
Ortoépia e Prosódia.....	115

LÍNGUA PORTUGUESA

PROF. ZENAIDE AUXILIADORA PACHEGAS BRANCO

Graduada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Adamantina. Especialista pela Universidade Estadual Paulista – Unesp

LETRA E FONEMA

A palavra *fonologia* é formada pelos elementos gregos *fono* ("som, voz") e *log, logia* ("estudo", "conhecimento"). Significa literalmente "estudo dos sons" ou "estudo dos sons da voz". Fonologia é a parte da gramática que estuda os sons da língua quanto à sua função no sistema de comunicação linguística, quanto à sua organização e classificação. Cuida, também, de aspectos relacionados à divisão silábica, à ortografia, à acentuação, bem como da forma correta de pronunciar certas palavras. Lembrando que, cada indivíduo tem uma maneira própria de realizar estes sons no ato da fala. Particularidades na pronúncia de cada falante são estudadas pela Fonética.

Na língua falada, as palavras se constituem de **fonemas**; na língua escrita, as palavras são reproduzidas por meio de símbolos gráficos, chamados de **letras** ou **grafemas**. Dá-se o nome de fonema ao menor elemento sonoro capaz de estabelecer uma distinção de significado entre as palavras. Observe, nos exemplos a seguir, os fonemas que marcam a distinção entre os pares de palavras:

amor – ator / morro – corro / vento - cento

Cada segmento sonoro se refere a um dado da língua portuguesa que está em sua memória: a imagem acústica que você - como falante de português - guarda de cada um deles. É essa imagem acústica que constitui o fonema. Este forma os significantes dos signos linguísticos. Geralmente, aparece representado entre barras: /m/, /b/, /a/, /v/, etc.

Fonema e Letra

- O fonema não deve ser confundido com a letra. Esta **é a representação gráfica do fonema**. Na palavra *sapo*, por exemplo, a letra "s" representa o fonema /s/ (lê-se *sê*); já na palavra *brasa*, a letra "s" representa o fonema /z/ (lê-se *zê*).

- Às vezes, o mesmo fonema pode ser representado por mais de uma letra do alfabeto. É o caso do fonema /z/, que pode ser representado pelas letras z, s, x: *zebra, casamento, exílio*.

- Em alguns casos, a mesma letra pode representar mais de um fonema. A letra "x", por exemplo, pode representar:

- o fonema /sê/: *texto*
- o fonema /zê/: *exibir*
- o fonema /che/: *enxame*
- o grupo de sons /ks/: *táxi*

- O número de letras nem sempre coincide com o número de fonemas.

Tóxico = fonemas: /t/ó/k/s/i/c/o/ letras: t ó x i c o
 1 2 3 4 5 6 7 1 2 3 4 5 6

Galho = fonemas: /g/a/lh/o/ letras: g a l h o
 1 2 3 4 1 2 3 4 5

- As letras "m" e "n", em determinadas palavras, não representam fonemas. Observe os exemplos: *compra, conta*. Nestas palavras, "m" e "n" indicam a nasalização das vogais que as antecedem: /õ/. Veja ainda: *nave*: o /n/ é um fonema; *dança*: o "n" não é um fonema; o fonema é /ã/, representado na escrita pelas letras "a" e "n".

- A letra h, ao iniciar uma palavra, não representa fonema.

Hoje = fonemas: ho /j/ e / letras: h o j e
 1 2 3 1 2 3 4

Classificação dos Fonemas

Os fonemas da língua portuguesa são classificados em:

1) Vogais

As vogais são os fonemas sonoros produzidos por uma corrente de ar que passa livremente pela boca. Em nossa língua, desempenham o papel de núcleo das sílabas. Isso significa que em toda sílaba há, necessariamente, uma única vogal.

Na produção de vogais, a boca fica aberta ou entreaberta. As vogais podem ser:

- **Orais:** quando o ar sai apenas pela boca: /a/, /e/, /i/, /o/, /u/.

- **Nasais:** quando o ar sai pela boca e pelas fossas nasais.

/ã/: *fã, canto, tampa*

/ẽ/: *dente, tempero*

/ĩ/: *lindo, mim*

/õ/: *bonde, tombo*

/ũ/: *nunca, algum*

- **Átonas:** pronunciadas com menor intensidade: *até, bola*.

- **Tônicas:** pronunciadas com maior intensidade: *até, bola*.

Quanto ao timbre, as vogais podem ser:

- Abertas: *pé, lata, pó*

- Fechadas: *mês, luta, amor*

- Reduzidas - Aparecem quase sempre no final das palavras: *dedo* ("dedu"), *ave* ("avi"), *gente* ("genti").

2) Semivogais

Os fonemas /i/ e /u/, algumas vezes, não são vogais. Aparecem apoiados em uma vogal, formando com ela uma só emissão de voz (uma sílaba). Neste caso, estes fonemas são chamados de *semivogais*. A diferença fundamental entre vogais e semivogais está no fato de que estas não desempenham o papel de núcleo silábico.

Observe a palavra *papai*. Ela é formada de duas sílabas: *pa - pai*. Na última sílaba, o fonema vocálico que se destaca é o "a". Ele é a vogal. O outro fonema vocálico "i" não é tão forte quanto ele. É a semivogal. Outros exemplos: *saudade, história, série*.

3) Consoantes

Para a produção das consoantes, a corrente de ar expirada pelos pulmões encontra obstáculos ao passar pela cavidade bucal, fazendo com que as consoantes sejam verdadeiros "ruídos", incapazes de atuar como núcleos silábicos. Seu nome provém justamente desse fato, pois, em português, sempre consoam ("soam com") as vogais. Exemplos: /b/, /t/, /d/, /v/, /l/, /m/, etc.

Encontros Vocálicos

Os encontros vocálicos são agrupamentos de vogais e semivogais, sem consoantes intermediárias. É importante reconhecê-los para dividir corretamente os vocábulos em sílabas. Existem três tipos de encontros: o *ditongo*, o *tritongo* e o *hiato*.

1) Ditongo

É o encontro de uma vogal e uma semivogal (ou vice-versa) numa mesma sílaba. Pode ser:

- **Crescente:** quando a semivogal vem antes da vogal: *sé-rie* (i = semivogal, e = vogal)

- **Decrescente:** quando a vogal vem antes da semivogal: *pai* (a = vogal, i = semivogal)

- **Oral:** quando o ar sai apenas pela boca: *pai*

- **Nasal:** quando o ar sai pela boca e pelas fossas nasais: *mãe*

2) Tritongo

É a sequência formada por uma semivogal, uma vogal e uma semivogal, sempre nesta ordem, numa só sílaba. Pode ser oral ou nasal: *Paraguai* - Tritongo oral, *quão* - Tritongo nasal.

3) Hiato

É a sequência de duas vogais numa mesma palavra que pertencem a sílabas diferentes, uma vez que nunca há mais de uma vogal numa mesma sílaba: *saída* (sa-í-da), *poesia* (po-e-si-a).

Encontros Consonantais

O agrupamento de duas ou mais consoantes, sem vogal intermediária, recebe o nome de *encontro consonantal*. Existem basicamente dois tipos:

1-) os que resultam do contato consoante + "l" ou "r" e ocorrem numa mesma sílaba, como em: *pe-dra, pla-no, a-tle-ta, cri-se*.

2-) os que resultam do contato de duas consoantes pertencentes a sílabas diferentes: *por-ta, rit-mo, lis-ta*.

Há ainda grupos consonantais que surgem no início dos vocábulos; são, por isso, inseparáveis: *pneu, gno-mo, psi-có-lo-go*.

Dígrafos

De maneira geral, cada fonema é representado, na escrita, por apenas uma letra: *lixo* - Possui quatro fonemas e quatro letras.

Há, no entanto, fonemas que são representados, na escrita, por duas letras: *bicho* - Possui quatro fonemas e cinco letras.

Na palavra acima, para representar o fonema /xe/ foram utilizadas duas letras: o "c" e o "h".

Assim, o *dígrafo* ocorre quando duas letras são usadas para representar um único fonema (*di* = dois + *grafo* = letra). Em nossa língua, há um número razoável de dígrafos que convém conhecer. Podemos agrupá-los em dois tipos: consonantais e vocálicos.

MATEMÁTICA

Números inteiros e racionais: operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação); expressões numéricas; Frações e operações com frações	01
Múltiplos e divisores, Máximo divisor comum e Mínimo divisor comum	07
Números e grandezas proporcionais: Razões e proporções; Divisão em partes proporcionais.....	11
Regra de três	15
Sistema métrico decimal.....	19
Equações e inequações	23
Funções	29
Gráficos e tabelas	37
Estatística Descritiva, Amostragem, Teste de Hipóteses e Análise de Regressão	43
Geometria	48
Matriz, determinantes e sistemas lineares.....	62
Sequências, progressão aritmética e geométrica	70
Porcentagem	74
Juros simples e compostos.....	77
Taxas de Juros, Desconto, Equivalência de Capitais, Anuidades e Sistemas de Amortização	80
Lógica: proposições, valor-verdade negação, conjunção, disjunção, implicação, equivalência, proposições compostas.....	95
Equivalências lógicas.	95
Problemas de raciocínio: deduzir informações de relações arbitrárias entre objetos, lugares, pessoas e/ou eventos fictícios dados.	95
Diagramas lógicos, tabelas e gráficos	112
Princípios de contagem e noção de probabilidade.....	117

**NÚMEROS INTEIROS E RACIONAIS:
OPERAÇÕES (ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO,
MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO,
POTENCIAÇÃO); EXPRESSÕES
NUMÉRICAS; FRAÇÕES E OPERAÇÕES COM
FRAÇÕES.**

Números Naturais

Os números naturais são o modelo matemático necessário para efetuar uma contagem. Começando por zero e acrescentando sempre uma unidade, obtemos o conjunto infinito dos números naturais

$$\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

- Todo número natural dado tem um sucessor

- O sucessor de 0 é 1.
- O sucessor de 1000 é 1001.
- O sucessor de 19 é 20.

Usamos o * para indicar o conjunto sem o zero.

$$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

- Todo número natural dado N, exceto o zero, tem um antecessor (número que vem antes do número dado).

Exemplos: Se m é um número natural finito diferente de zero.

- O antecessor do número m é m-1.
- O antecessor de 2 é 1.
- O antecessor de 56 é 55.
- O antecessor de 10 é 9.

Expressões Numéricas

Nas expressões numéricas aparecem adições, subtrações, multiplicações e divisões. Todas as operações podem acontecer em uma única expressão. Para resolver as expressões numéricas utilizamos alguns procedimentos:

Se em uma expressão numérica aparecer as quatro operações, devemos resolver a multiplicação ou a divisão primeiramente, na ordem em que elas aparecerem e somente depois a adição e a subtração, também na ordem em que aparecerem e os parênteses são resolvidos primeiro.

Exemplo 1

$$\begin{aligned} 10 + 12 - 6 + 7 \\ 22 - 6 + 7 \\ 16 + 7 \\ 23 \end{aligned}$$

Exemplo 2

$$\begin{aligned} 40 - 9 \times 4 + 23 \\ 40 - 36 + 23 \\ 4 + 23 \\ 27 \end{aligned}$$

Exemplo 3

$$\begin{aligned} 25 - (50 - 30) + 4 \times 5 \\ 25 - 20 + 20 = 25 \end{aligned}$$

Números Inteiros

Podemos dizer que este conjunto é composto pelos números naturais, o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Este conjunto pode ser representado por:

$$\mathbb{Z} = \{\dots -3, -2, -1, 0, 1, 2, \dots\}$$

Subconjuntos do conjunto \mathbb{Z} :

1) Conjunto dos números inteiros excluindo o zero

$$\mathbb{Z}^* = \{\dots -2, -1, 1, 2, \dots\}$$

2) Conjuntos dos números inteiros não negativos

$$\mathbb{Z}_+ = \{0, 1, 2, \dots\}$$

3) Conjunto dos números inteiros não positivos

$$\mathbb{Z}_- = \{\dots -3, -2, -1\}$$

Números Racionais

Chama-se de número racional a todo número que pode ser expresso na forma $\frac{a}{b}$, onde a e b são inteiros quaisquer, com $b \neq 0$

São exemplos de números racionais:

$$\begin{aligned} -12/51 \\ -3 \\ -(-3) \\ -2,333\dots \end{aligned}$$

As dízimas periódicas podem ser representadas por fração, portanto são consideradas números racionais.

Como representar esses números?

Representação Decimal das Frações

Temos 2 possíveis casos para transformar frações em decimais

1º) Decimais exatos: quando dividirmos a fração, o número decimal terá um número finito de algarismos após a vírgula.

$$\frac{1}{2} = 0,5$$

$$\frac{1}{4} = 0,25$$

$$\frac{3}{4} = 0,75$$

2º) Terá um número infinito de algarismos após a vírgula, mas lembrando que a dízima deve ser periódica para ser número racional

OBS: período da dízima são os números que se repetem, se não repetir não é dízima periódica e assim números irracionais. que trataremos mais a frente.

$$\frac{1}{3} = 0,333...$$

$$\frac{35}{99} = 0,353535...$$

$$\frac{105}{9} = 11,6666...$$

Representação Fracionária dos Números Decimais

1º caso) Se for exato, conseguimos sempre transformar com o denominador seguido de zeros.

O número de zeros depende da casa decimal. Para uma casa, um zero (10) para duas casas, dois zeros(100) e assim por diante.

$$0,3 = \frac{3}{10}$$

$$0,03 = \frac{3}{100}$$

$$0,003 = \frac{3}{1000}$$

$$3,3 = \frac{33}{10}$$

2º caso) Se dízima periódica é um número racional, então como podemos transformar em fração?

Exemplo 1

Transforme a dízima 0,333... em fração

Sempre que precisar transformar, vamos chamar a dízima dada de x, ou seja

$$X=0,333...$$

Se o período da dízima é de um algarismo, multiplicamos por 10.

$$10x=3,333...$$

E então subtraímos:

$$10x-x=3,333...-0,333...$$

$$9x=3$$

$$X=3/9$$

$$X=1/3$$

Agora, vamos fazer um exemplo com 2 algarismos de período.

Exemplo 2

Seja a dízima 1,1212...

$$\text{Façamos } x = 1,1212...$$

$$100x = 112,1212... .$$

Subtraindo:

$$100x-x=112,1212...-1,1212...$$

$$99x=111$$

$$X=111/99$$

Números Irracionais

Identificação de números irracionais

- Todas as dízimas periódicas são números racionais.
- Todos os números inteiros são racionais.
- Todas as frações ordinárias são números racionais.
- Todas as dízimas não periódicas são números irracionais.
- Todas as raízes inexatas são números irracionais.
- A soma de um número racional com um número irracional é sempre um número irracional.
- A diferença de dois números irracionais, pode ser um número racional.
- Os números irracionais não podem ser expressos na forma $\frac{a}{b}$, com a e b inteiros e $b \neq 0$.

Exemplo: $\sqrt{5} - \sqrt{5} = 0$ e 0 é um número racional.

- O quociente de dois números irracionais, pode ser um número racional.

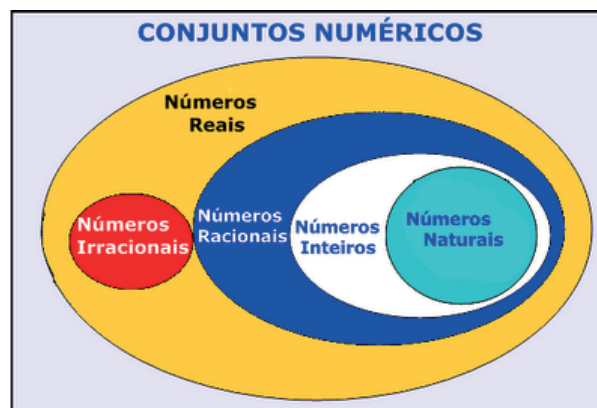
Exemplo: $\sqrt{8} : \sqrt{2} = \sqrt{4} = 2$ e 2 é um número racional.

- O produto de dois números irracionais, pode ser um número racional.

Exemplo: $\sqrt{7} \cdot \sqrt{7} = \sqrt{49} = 7$ é um número racional.

Exemplo: radicais ($\sqrt{2}, \sqrt{3}$) a raiz quadrada de um número natural, se não inteira, é irracional.

Números Reais



CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

Questões de conhecimentos gerais e atualidades relacionadas à Política, Economia, Sociedade, Saúde e Nutrição, Ciências e Tecnologia, Meio Ambiente, Educação, Cultura, Esporte, Religião,.....	01
História (Brasil e Mundo),	08
Geografia (Brasil e Mundo).....	12

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES RELACIONADAS À POLÍTICA, ECONOMIA, SOCIEDADE, SAÚDE E NUTRIÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE, EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, RELIGIÃO,

1 - Febre amarela

Desde 2016, algumas regiões do Brasil têm enfrentado um surto de febre amarela, mas foi em 2018 que a crise se intensificou, com aumento de casos da doença. A febre amarela é transmitida por mosquitos silvestres, que ocorre em áreas de florestas e matas. Na área urbana, o mosquito transmissor é o *Aedes aegypti*.

A única forma de se prevenir é recorrer à vacinação, disponível nos postos de saúde, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo dados do Ministério da Saúde, entre de 1º julho de 2017 a 28 de fevereiro, foram 723 casos e 237 óbitos. Em 2017, houve 576 casos e 184 óbitos. Por isso, uma das indicações segundo especialistas na área da saúde, é evitar áreas rurais, caso a pessoa ainda não esteja vacinado. A vacina dura cerca de 10 anos.

As áreas mais atingidas pela febre amarela são os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e São Paulo. De acordo com os especialistas, os índices atuais apontam que a atual situação supera o surto dos anos 80. Os principais sintomas da doença são febre, dor de cabeça, dores musculares, fadiga, náuseas, vômitos, entre outros.



#FicaDica

Um dos pontos de mais destaque na mídia, quando se trata de febre amarela, é a falta de vacinas nos postos de saúde, devido à alta procura pela vacina, em janeiro de 2018. Na ocasião, as vacinas foram fracionadas para conter a alta demanda pelo serviço, por parte da população.



FIQUE ATENTO!

As provas em concursos públicos podem tratar sobre a alta procura pela vacina, motivada pela escassez, em meio à euforia popular em se vacinar, por conta dos índices de mortes. Vale também manter atenção quanto às formas de transmissão e de que a vacina, de fato, é melhor forma de se prevenir.

2 - Questão das armas nos EUA

Historicamente, os Estados Unidos têm políticas mais flexíveis de porte armas para os cidadãos, uma questão bastante inserida na cultura do país, diferentemente de nações como o Brasil.

Contudo, com os altos índices de ataques e tiroteios em escolas e outros locais publicados, na maioria das vezes crimes causados por civis com porte de armas, tem suscitado a discussão sobre endurecer o acesso às armas, com políticas menos flexíveis.

No governo de Barack Obama (2009-2017), essas discussões foram intensificadas. O então presidente demonstrava ser favorável à implantação de medidas mais rígidas, mas encontrou grande resistência de seus oponentes no Partido Republicano.

No atual governo de Donald Trump, que assumiu em 2017, essa discussão é tida pela Casa Branca como um assunto que pode esperar, por não se tratar de prioridade para o atual governo. A camada da sociedade norte-americana inclinada a leis mais rígidas, defende que haja restrição na venda de armas.



#FicaDica

É importante ressaltar que a questão das armas é um tema que divide a sociedade dos Estados Unidos. Camadas da sociedade, desde ONGs e pessoas da esfera política, defendem o controle das armas como forma de minimizar os ataques recentes. Porém quem é contra a ideia, acredita que o momento é propício para armar ainda mais a população.



FIQUE ATENTO!

Não é difícil de imaginar que algumas questões previstas em concursos relacionem o tema a Donald Trump, que claramente se mostrou favorável a ao direito de armar a população. Além disso, é possível que seja relacionado ainda a polêmica de envolve a indústria de armas, ou seja, para os críticos da flexibilidade de armamento, manter as atuais leis interessa esse mercado milionário, que vive um bom momento em 2018.

3 - Guerra comercial - China e EUA

De um lado os gigantes norte-americanos, de outro a poderosa China. O embate comercial entre as duas potências tem influenciado o mercado de outros países. Em resumo, ambas as nações implementaram no final do primeiro semestre de 2018 políticas mais rígidas e restrições de produtos dos dois países no mercado interno do oponente.

A primeira polêmica começou com imposição de tarifas dos EUA sobre cerca de US\$ 34 bilhões em produtos da China, em julho de 2018. A justificativa da Casa Branca

é que a medida fortalece o mercado interno. A nação ainda acusou a China de roubo de propriedade intelectual de produtos norte-americanos.

O governo chinês retaliou e aplicou taxas compatíveis em relação a centenas de produtos dos Estados Unidos, o que representa também cerca de US\$ 34 bilhões. Esse cenário trouxe a maior guerra comercial de todos os tempos.

As medidas afetam a exportações de diversos produtos no mundo, desde petróleo, gás e outros produtos refinados. Numa economia globalizada, embates como esse causam turbulência no mercado.



#FicaDica

Antes das medidas, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, já havia anunciado a necessidade de rever as políticas comerciais com a China dando sinais de que seria rígido quanto às taxas. Nesse mesmo cenário, os chineses defenderam políticas mais favoráveis à integração, em um mundo o qual vigora economias globalizadas.



FIQUE ATENTO!

É importante manter atenção quanto à influência desse tema em relação ao Brasil. Há quem defenda que a situação favorece a comercialização de commodities para o mercado chinês.

4 - Crise na Venezuela

Pelo menos há quatro ou cinco anos, a Venezuela tem enfrentado instabilidade econômica, principalmente pelo desabastecimento de produtos básicos para consumo diário e crescente pobreza populacional. Também é preciso considerar que a queda no valor do preço do petróleo contribuiu para o empobrecimento do país, levando em conta de que se trata da principal economia da nação.

Os conflitos políticos também ganharam espaço, em meio a protestos violentos entre manifestantes contrários e favoráveis ao governo de Nicolás Maduro, o atual presidente do país. A rivalidade entre os grupos se intensificou após a morte de Hugo Chávez e chegada de Maduro ao poder.

Em 2018, a situação econômica se agravou trazendo mais miséria à população e busca por melhores condições de vida em outros países, especialmente o Brasil. A quantidade diária de venezuelanos que chegaram ao país, a partir de Roraima, tem suscitado conflitos na região, com crescimento de hostilidade da população em relação aos vizinhos sul-americanos.



#FicaDica

A crise venezuelana é complexa e traz muitas narrativas, mas é preciso considerar um tema de muito destaque em 2018: a imigração. A chegada maciça de venezuelanos ao Brasil enfatiza mais um cenário de xenofobia em território nacional, em meio à rejeição da população de Roraima à chegada dos imigrantes.



FIQUE ATENTO!

Pode haver questões de atualidades com enunciados que requerem atenção e interpretação de texto. Uma boa compreensão do enunciado pode ser fundamental para chegar à resposta correta.

5 - Fake news nas eleições presidenciais

Em tempos de novas tecnologias e redes sociais, o fenômeno *fake news* ganha espaço e torna-se um desafio para o mundo, à medida que a propagação de notícias falsas se espalha facilmente. A circulação desse tipo de informação não é algo novo, esteve sempre presente na história da humanidade, e no passado não havia como checar dados facilmente.

Nos dias atuais, conviver com as notícias falsas tende a ser danoso, por promover alienação e desinformação entre a população. Muitos são os casos de mensagens falsas que circulam no WhatsApp sobre supostos ações ou medidas polêmicas diversas que geram desconforto às pessoas.

E em ano eleitoral, vigora a demanda por minimizar os efeitos da *fake news*, para que não haja comprometimento quanto aos processos democráticos. Em 2017, em plena eleição dos Estados Unidos, onde culminou na eleição de Donald Trump, circulou informações falsas que favoreceram a campanha do republicano, diante da oponente, Hillary Clinton, do Partido Republicano.

No Brasil, a situação não é diferente. Em tempos de pleito, sempre circula nas redes sociais notícias falsas reforçadas em correntes e posts que priorizam a propagação de inverdades.



#FicaDica

Nos últimos anos, gigantes como Google e Facebook são acusados de não criarem limites para bloquearem a onda de fake news. Porém em 2018, o Facebook anunciou a compra de uma startup empenhada em combater as notícias falsas na rede.

LEGISLAÇÃO DO ENSINO

Estatuto e Plano de Carreira, Cargos e Remunerações do Magistério Público Municipal – Lei Municipal nº 2412/2003 e suas alterações (www.camarapedreira.sp.gov.br).....	01
Plano Municipal da Educação – Lei Municipal 3.520/2015 ((www.camarapedreira.sp.gov.br)).....	01
Resolução CNE/CP nº 2/2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular (http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf).....	01
Lei Federal nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm).....	08
Lei Federal nº 11.494/2007 - Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm).....	26
Lei Federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, artigos 1º ao 6º, 53 a 59, 83 a 85 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm).....	35
Resolução CNE/CEB nº 4/2010 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf).....	39
Resolução CNE/CEB nº 7/2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos (http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf).....	49
Resolução CNE/CEB nº 5/2009 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf).....	57

ESTATUTO E PLANO DE CARREIRA, CARGOS E REMUNERAÇÕES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL – LEI MUNICIPAL Nº 2412/2003 E SUAS ALTERAÇÕES (WWW.CAMARAPEDREIRA.SP.GOV.BR).

Prezado candidato, visto o formato do material solicitado o disponibilizaremos em nosso site para consulta: www.novaconcursos.com.br/retificacoes

PLANO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO – LEI MUNICIPAL 3.520/2015 (WWW.CAMARAPEDREIRA.SP.GOV.BR).

LEI Nº 3.520 DE 24 DE JUNHO DE 2015

“Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências correlatas”.

CARLOS EVANDRO POLLO, Prefeito Municipal de PEDREIRA/SP, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no artigo 8º, da Lei Federal nº. 13.005, de 25 de junho de 2.014, que aprovou o Plano Nacional de Educação.

Art. 2º As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste Plano Municipal de Educação – PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 3º A execução do Plano Municipal de Educação – PME e o cumprimento de suas metas e estratégias serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações a cada 02 (dois) anos, realizadas pelas seguintes instâncias:

- I – Secretaria Municipal de Educação;
- II – Conselho Municipal de Educação;
- III – Comissão de Educação da Câmara Municipal.

Parágrafo único - Compete às instâncias referidas no Caput deste artigo:

I – Divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações, através dos meios de comunicação disponíveis no município;

II – Analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas; e

III – Analisar e propor a revisão do investimento público em educação.

Art. 4º O investimento público em educação será avaliado, anualmente, a partir da vigência deste Plano Municipal de Educação e poderá ser ampliado, em havendo recursos financeiros disponíveis, por meio de leis específicas.

Parágrafo único - O Município atuará, junto à União e ao Estado, através do regime de colaboração, previsto no artigo 7º, da Lei Federal nº. 13.005, de 25 de junho de 2.014, visando ao alcance financeiro, para a execução das metas e a implementação das estratégias, objeto deste Plano Municipal de Educação.

Art. 5º O Município deverá aprovar lei específica organizando o seu Sistema de Ensino, inclusive, disciplinando a Gestão Democrática da Educação Pública Municipal, adequando, quando for o caso, a legislação municipal existente.

Art. 6º O Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais do Município, serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste Plano Municipal de

Educação, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 7º As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento vigente e das demais providências, anteriormente, citadas e constantes desta Lei.

Parágrafo único - Fica o Poder Executivo autorizado a promover, se necessário, o remanejamento de dotações orçamentárias existentes.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Pedreira, 24 de junho de 2015.

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2/2017 - INSTITUI E ORIENTA A IMPLANTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (HTTP://BASENACIONALCOMUM.MEC.GOV.BR/WP-CONTENT/UPLOADS/2018/04/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.PDF).

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO
RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017 (*)**

Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 9º e no art. 90 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no § 1º do art. 6º e no § 1º do art. 7º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com

fundamento nos artigos 205 e 210 da Constituição Federal, no art. 2º, no inciso IV do art. 9º, e nos artigos 22, 23, 26, 29, 32 e 34, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas metas e diretrizes, definidas no Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, bem como no Parecer CNE/CP nº 15/2017, homologado pela Portaria MEC nº 1.570, de 20 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 2017, Seção 1, pág. 146, e

CONSIDERANDO que o art. 205 da Constituição Federal define que *"a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho"*, preceito esse reafirmado no art. 2º da Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nos seguintes termos: *"a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho"*;

CONSIDERANDO que o art. 210 da Constituição Federal define que *"serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais"*, e que o art. 9º da LDB, ao definir umas das incumbências da União, em seu inciso V, como a de *"estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum"*;

CONSIDERANDO que o § 1º, art. 9º da LDB, estabelece que *"na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei"*; e que, complementarmente, o art. 90 da mesma LDB define que, *"as questões suscitadas na transição entre o regime anterior e o que se institui nesta Lei serão resolvidas pelo Conselho Nacional de Educação ou, mediante delegação deste, pelos órgãos normativos dos sistemas de ensino, preservada a autonomia universitária"*;

CONSIDERANDO que o art. 22 da LDB esclarece que *"a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores"*;

CONSIDERANDO que o art. 23 da LDB define que *"a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar"*;

CONSIDERANDO que o art. 26 da LDB, na redação dada pela Lei nº 12.796/2013, estipula que *"os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos"*;

CONSIDERANDO que o art. 27 da LDB indica que os conteúdos curriculares da Educação Básica observarão, entre outras, a diretriz da *"difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática"*;

CONSIDERANDO que o art. 29 da LDB, na redação dada pela Lei nº 12.796/2013, define que, *"a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade"*;

CONSIDERANDO que o art. 32 da LDB, na redação dada pela Lei nº 11.274/2006, determina que *"o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:*

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social".

CONSIDERANDO que a Meta 2 do Plano Nacional de Educação, de duração decenal, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, ao definir a obrigatoriedade de *"universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE"* (1924), define como estratégia 2.1 que *"o Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, deverá, até o final do 2º (segundo) ano de vigência deste PNE, elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública nacional, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) do ensino fundamental"*; e, na sequência, em sua estratégia 2.2, determina como missão *"pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental"*.

CONSIDERANDO que a Meta 7 do PNE, na estratégia 7.1, fixa que se deve: *"estabelecer e implantar, mediante pactuação inter-federativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local"*.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

Alfabetização. Construção da representação da linguagem escrita. Leitura.	01
Evolução da escrita.	06
Ensino e aprendizagem.	06
As inteligências múltiplas e seus estímulos: relação entre inteligência e aprendizagem.	07
Novas competências profissionais para ensinar: competências que se pretendem nos alunos e professores e como desenvolvê-las.	10
Teorias Psicogenéticas - Piaget, Wallon e Vygostsky.	17
Inclusão escolar.	22
Tópicos de Didática: Prática educativa, Pedagogia e Didática;	35
Didática e democratização do ensino;	36
Teoria da Instrução e do Ensino; O processo de ensino na escola;	37
O processo de ensino e o estudo ativo; Os objetivos e conteúdo de ensino; Os métodos de ensino;	37
A aula como forma de organização do ensino;	37
A avaliação da aprendizagem escolar;	50
O planejamento escolar;	58
Relações professor-aluno na sala de aula.	59
Disciplina e indisciplina na escola.	60
Teorias psicogenéticas.	62
Bibliografia referencial – Livros e artigos:	
ANTUNES, Celso. As inteligências múltiplas e seus estímulos (Papyrus, 2008).	62
ANTUNES, Celso. A avaliação da aprendizagem escolar (Vozes, 10ª ed. 2016).	72
ANTUNES, Celso. Como desenvolver as competências em sala de aula (Vozes, 2001).	76
AQUINO, Julio Groppa (Org). Indisciplina na Escola: Alternativas Teóricas e Práticas (Summus, 1996).	77
DELORS, Jacques. Os quatro pilares da educação. In: Educação: um tesouro a descobrir. Cap. 04 (Cortez, 1998).	79
FERREIRO, Emilia. Alfabetização em processo (Cortez, 21ª ed. 2015).	79
FERREIRO, Emília. TEEBEROSKY, Ana. Psicogênese da Língua Escrita (Artmed, ed. 20 anos, 2007).	81
FERREIRO, Emilia. Reflexões sobre alfabetização (Cortez, 26ª ed. 2015).	82
MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: pontos e contrapontos (Summus, 7ª ed. 2006).	88
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa (Paz e Terra, 1997).	90
LA TAILLE, Yves de et al. Teorias Psicogenéticas em discussão (Summus, 1992).	104
LIBÂNEO, José Carlos. Didática (Cortez, 2013).	113
LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar (Cortez, 1998).	122
MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à Educação do Futuro (Cortez, 2011).	126
PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar.	127
SILVA, Ana Beatriz Barbosa. Bullying: mentes perigosas na escola (Principium, 2ª ed. 2015).	127
SOLÉ, Isabel. Estratégias de Leitura (Penso. 6ª ed. 2012).	129
WEISZ, Telma. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem (Ática, 2ª ed. 2009).	136

ALFABETIZAÇÃO. CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DA LINGUAGEM ESCRITA. LEITURA.

Atualmente, as discussões que envolvem o ciclo de alfabetização e o Ensino Fundamental de nove anos passam por reflexões e questionamentos que estão diretamente relacionados às atividades que precisam ser desenvolvidas no espaço escolar. Ao defendermos a entrada da criança de seis anos no primeiro ano do ciclo de alfabetização, estamos defendendo que não se trata apenas de incluir os meninos e as meninas na escola, mas encontrar novas linguagens, novas categorias, novas estratégias para enfrentar formas inéditas de exclusão que, hoje, se produzem e se reproduzem. E uma das maiores exclusões do sistema educacional brasileiro é de crianças e jovens que não têm domínio e fluência das habilidades da leitura e da escrita.

Partindo do princípio de que orientações curriculares são “conhecimentos” e não podem designar “conteúdos”, cujo termo é restrito, nossa opção teórico-metodológica é por “capacidades”, termo amplo o suficiente para abranger todos os níveis de progressão, desde os primeiros atos motores até a leitura e a produção textual. Uma proposta curricular de alfabetização ancorada nas capacidades diz respeito àquilo que uma pessoa precisa saber para ser alfabetizada.

Defendemos que uma proposta curricular que atenda ao ciclo de alfabetização passa necessariamente pela distribuição gradual das capacidades ao longo dos três anos, sem que se tenha uma sobrecarga em determinado ano e, sim, uma organização coerente e adequada aos conhecimentos e à idade dos alunos.

As reflexões sobre planejamento e organização de uma proposta de alfabetização que contemple esse aprendizado devem possibilitar ao professor uma visualização mais clara dos objetivos de seu trabalho em sala de aula e das metas que deve procurar atingir, nos três anos do ciclo de alfabetização.

Uma proposta envolve um processo permanente de experimentação e reflexão na ação pedagógica, para a melhoria da qualidade da educação brasileira. Entendemos que as práticas de ensino e as experiências dos professores são imprescindíveis e podem favorecer a ampliação dos referenciais teóricos e culturais dos docentes e de sua autonomia no trabalho no ciclo de alfabetização.

Uma proposta para o ciclo de alfabetização precisa levar em consideração alguns princípios, entre eles, destacamos:

- O aprendizado e a progressão da criança dependem:
- Do processo por ela desenvolvido;
 - Do patamar em que ela se encontra;
 - Das possibilidades que o ambiente escolar lhe propicia.

A proposta pedagógica deve valorizar:

- A interpretação das capacidades da criança pelo professor, através de critérios capazes de sinalizar progressivos avanços no processo de alfabetização.

Também é necessário ter a clareza dos conceitos de alfabetizar e letrar:

- Alfabetizar não se reduziria ao domínio das “primeiras letras” (alfabetizar);
- Saber utilizar a língua escrita nas situações em que esta é necessária, lendo e produzindo textos (letrar);
- Ter clareza sobre capacidades e conhecimentos que precisam ser desenvolvidos para que uma criança seja considerada alfabetizada;
- Saber como distribuí-los ao longo dos três anos iniciais da Educação Fundamental;
- Saber o que cada criança deve ser capaz de realizar a cada período do Ciclo de Alfabetização.

Como planejar projetos didáticos e sequências didáticas ao longo de três anos de forma integrada entre os anos e as diferentes áreas de conhecimento?

Os materiais didáticos e de apoio pedagógico levam em conta o ciclo de alfabetização?

Nesta edição temática, pretende-se focalizar a discussão e a análise de propostas de planejamento e organização de rotinas, que possam colaborar com o trabalho de gestores e professores alfabetizadores. Além disso, pretende-se apresentar relatos de professoras que planejam e organizam suas rotinas de forma integrada, com diferentes áreas de conhecimento. Pretende-se, ainda, mostrar a importância de organizar diferentes agrupamentos nos três anos, adequando os modos de organização do ciclo aos objetivos pretendidos.

Sequência didática para desenvolver a leitura e produção de gêneros textuais

O objetivo do segundo texto da edição temática é apresentar uma prática escolar de leitura e produção escrita de uma professora do 3º ano ciclo de alfabetização do Ensino Fundamental. Procura-se evidenciar os procedimentos metodológicos utilizados pela professora, as interações estabelecidas com/entre os alunos, as oportunidades de aprendizagem geradas pelos eventos de letramento. O evento de letramento analisado trata da elaboração de um texto descritivo, que teve como foco a produção do gênero perfil. São analisadas e comentadas as etapas do trabalho com os alunos em sala de aula e mostrados os textos produzidos por alguns deles ao final deste interessante evento de letramento.

As histórias em quadrinhos (hqs) nas sequências didáticas (sd): o prazer no fazer, ensinar e aprender

Para a autora do terceiro texto da edição temática, “as HQs cumprem com diferentes funções da leitura: lazer, humor, informação e, ainda, são uma forma prazerosa para quem ensina e para quem aprende.” A autora destaca, também, que “a combinação atrativa da linguagem visual e verbal e a rápida comunicação podem fazer parecer que as HQ são apenas um artefato de diversão, mas elas não são apenas isto e podem se tornar um grande aliado do professor em seu trabalho com linguagem, história, geografia,

matemática, etc.” Após analisar as HQs e incluir vários e sugestivos exemplos deste gênero textual, a autora mostra como desenvolver a SD com os alunos, ressaltando que, nesta etapa, é feita a apresentação da proposta e, em seguida, o trabalho com os módulos – também conhecidos como oficinas – com sugestões de atividades. Esses módulos/oficinas deverão propor situações didáticas desafiadoras e desconhecidas dos alunos.

Sequências e atividades pedagógicas para alfabetização

O primeiro texto da edição temática apresenta as sequências didáticas/atividades pedagógicas, que são todas as estratégias didáticas usadas em sala de aula para mobilizar os processos de aprendizagem dos aprendizes. Segundo a autora do texto: “Elas operacionalizam os procedimentos de ensino para que as metas de aprendizagem estabelecidas no planejamento do professor sejam alcançadas”.

“Dessa forma, o conjunto de atividades que compõem a rotina escolar das crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental se caracteriza pela diversidade das atividades propostas em sala de aula.” A autora apresenta, como exemplos de atividades pedagógicas: os jogos e brincadeiras pedagógicas, os exercícios individuais, a produção coletiva de textos escritos, a leitura autônoma e coletiva de textos, as rodas de leitura, a confecção de livros infantis, a produção de jornal e informativos escolares etc.

Vamos discutir aqui as atividades pedagógicas da leitura e da escrita desenvolvidas em turmas do primeiro ano do Ensino Fundamental. Sequências didáticas/atividades pedagógicas são todas as estratégias didáticas usadas em sala de aula para mobilizar os processos de aprendizagem dos aprendizes.

Elas operacionalizam os procedimentos de ensino para que as metas de aprendizagem estabelecidas no planejamento de ensino do professor sejam alcançadas. No que se refere à aprendizagem inicial da língua escrita, é possível dizer que há uma demanda por atividades pedagógicas específicas e adequadas aos seus três níveis de ensino da alfabetização e do letramento:

- Sistema de escrita,
- Leitura e produção de textos escritos,
- Usos sociais da língua escrita.

Dessa forma, o conjunto de atividades que compõem a rotina escolar das crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental se caracteriza pela diversidade das atividades propostas em sala de aula. A organização que se dará às atividades de alfabetização e de letramento deve obedecer a dois critérios didáticos: a sequência das atividades e a integração entre elas.

São exemplos de atividades pedagógicas: os jogos e brincadeiras pedagógicas, os exercícios individuais, a produção coletiva de textos escritos, a leitura autônoma e coletiva de textos, as rodas de leitura, a confecção de livros infantis, a produção de jornal e informativos escolares etc.

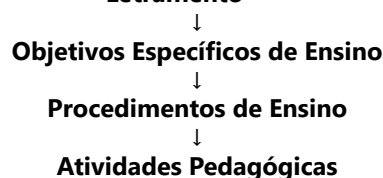
Esse texto está organizado em duas partes. Na primeira será discutida a relação entre as atividades pedagógicas e os procedimentos de ensino. Na segunda parte serão discutidos, a partir de exemplos de planejamentos de ensino para uma turma do primeiro ano, os dois critérios de organização das atividades pedagógicas.

Procedimentos de ensino e atividades pedagógicas: a operacionalização do planejamento de ensino

As metas gerais de aprendizagem em alfabetização e letramento, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, abrangem a compreensão do princípio da base alfabética do sistema de escrita; a apreensão das regras ortográficas das palavras; a aquisição da fluência no processo de leitura; o desenvolvimento das habilidades de leitura, resultantes da compreensão do funcionamento da modalidade escrita; o desenvolvimento das habilidades de produção de textos escritos e a identificação e apropriação dos usos sociais da língua escrita.

Para cada uma dessas metas gerais de aprendizagem devem ser estabelecidos os objetivos específicos de ensino para cada ano e turma dos anos iniciais, levando-se em conta a trajetória e o nível de aprendizagem dos alunos. A partir daí, torna-se necessário definir os procedimentos de ensino e as atividades pedagógicas que irão operacionalizar o plano de ensino. O esquema abaixo representa o modelo desse sistema didático.

Metas gerais de aprendizagem em Alfabetização e Letramento



Esquema: Sistema didático do planejamento de ensino

Os procedimentos de ensino-aprendizagem – formas de proceder que alunos e professores adotam para aprender e ensinar no contexto escolar (Monteiro, 2010) – pode ser compreendido como ações cognitivas que permitem ao aprendiz refletir sobre os conteúdos escolares, através dos encaminhamentos de ensino planejados pelos professores.

Na alfabetização e no letramento, os procedimentos de ensino estão relacionados ao desenvolvimento da consciência metalinguística, que se refere à capacidade de manipular e refletir sobre a estrutura da língua (Maluf, 2006; Roazzi & Carvalho, 1991). A consciência metalinguística abrange diferentes estruturas linguísticas: o fonema e a sílaba (consciência fonológica); a palavra (consciência de palavra); a frase (consciência sintática) e o texto (consciência discursiva).

No eixo da escrita e da leitura relacionadas ao processamento da palavra, os procedimentos de ensino estão relacionados ao desenvolvimento da consciência fonológica e da consciência de palavra, à compreensão da relação entre a linguagem oral e escrita, à automatização do reconhe-

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor Adjunto de Educação Básica

Base Nacional Comum Curricular: Introdução: marcos legais, fundamentos, pacto Inter federativo; Estrutura da BNCC;	01
A etapa do Ensino Fundamental: O Ensino Fundamental no contexto da Educação Básica;	01
Anos Iniciais: Competências específicas, unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades nas áreas de Línguas, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso.....	02
Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.....	02
Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental de 9 anos.	13
Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil.	15
Tópicos do Referencial Curricular para a Educação Infantil: Volume 1 – Introdução: A criança; Educar; O professor de Educação Infantil; Organização do Referencial Curricular para a Educação Infantil; Objetivos Gerais da Educação Infantil; A instituição e o projeto educativo.	23
Volume 2 - Formação Pessoal e Social: Concepção; Aprendizagem; Objetivos; Conteúdos; Orientações Gerais para o professor.	23
Volume 3 - Conhecimento de Mundo: Movimento; Música; Artes Visuais; Linguagem Oral e Escrita; Natureza e Sociedade; Matemática.	23
Direitos das crianças em ambiente de creche: brincadeira; atenção individual; ambiente acolhedor, seguro e estimulante; contato com a natureza; higiene e saúde; alimentação sadia; desenvolvimento da curiosidade, imaginação e capacidade de expressão; movimento em espaços amplos; proteção, afeto e amizade; expressão dos sentimentos; especial atenção durante seu período de adaptação à creche; desenvolvimento da identidade cultural, racial e religiosa.....	24
Música na Educação Infantil.....	33
A matemática na educação infantil.....	33
Teoria e prática em psicomotricidade.	65
Aprender e ensinar na educação infantil.....	66
Os fazeres na educação infantil.	75
Avaliação na pré-escola.	76
Tópicos dos Parâmetros Curriculares Nacionais: Volume 1 – Introdução: Princípios e fundamentos; Organização; Objetivos; Conteúdos; Avaliação; Orientações Didáticas; Objetivos Gerais do Ensino Fundamental.....	84
Volume 2 – Língua Portuguesa: Caracterização da área de Língua Portuguesa; Aprender e ensinar Língua Portuguesa na escola; Objetivos gerais da Língua Portuguesa para o ensino fundamental; Os conteúdos de Língua Portuguesa para o ensino fundamental; Critérios de avaliação; Primeiro ciclo; Segundo ciclo.....	84
Volume 3 – Matemática: Caracterização da área de Matemática; Aprender e ensinar Matemática no ensino fundamental; Objetivos gerais de Matemática para o Ensino Fundamental; Os conteúdos de Matemática para o ensino fundamental; Primeiro ciclo; Segundo ciclo.....	85
Volume 8 – Apresentação dos temas transversais e Ética.....	85
Volume 9 – Meio Ambiente e Saúde.	85
Volume 10. Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Ideias infantis sobre a escrita. Ideias infantis sobre a leitura. Ensinar a escrever e a ler (bases psicopedagógicas).	85
Conteúdos curriculares e sequenciamento.	85
Orientações didáticas: Relações entre a linguagem oral e a linguagem escrita; O sistema alfabético;	86
A escrita como produção de textos; A leitura como interpretação e compreensão de textos.	92
Os textos como unidade básica da língua escrita.	96
Análise e reflexão sobre a própria língua.....	96
Sistemas de comunicação verbal e não-verbal.....	98
Instrumentos para a avaliação.....	99
Comunicação em Matemática.....	100
Textos em Matemática.....	102
Ler e aprender Matemática. Resolução de problemas e comunicação;.....	102
Os problemas convencionais nos livros didáticos.	103
Conhecendo diferentes tipos de problemas. Diferentes formas de resolver problemas; Por que formular problemas;	105
A informática e a comunicação matemática.....	107

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor Adjunto de Educação Básica

Bibliografia referencial

Normas e publicações institucionais: Resolução CNE/CEB nº 4/2010 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf).....	107
Resolução CNE/CEB nº 5/2009 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf).....	107
Resolução CNE/CEB nº 7/2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos (http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf).....	107
Base Nacional Comum Curricular (http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EF_EF_110518_-versaofinal_site.pdf).....	107
Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Volume 1 – Introdução (http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf);.....	107
Volume 2 – Formação Pessoal e Social (http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2.pdf);.....	107
Volume 3 – Conhecimento de Mundo (http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf).....	108
Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças (http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/direitosfundamentais.pdf).....	108
Parâmetros Curriculares Nacionais – 1º e 2º ciclos do EF: Volume 1 – Introdução;.....	108
Volume 2 – Língua Portuguesa;.....	108
Volume 3 – Matemática. Volumes 8, 9 e 10 - Temas Transversais: Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual (http://portal.mec.gov.br).....	108
Livros e artigos: ALMEIDA, G. P. Teoria e prática em psicomotricidade. WAK, 2006. BASSEDAS, Eulália (org.). Aprender e ensinar na educação infantil. Artmed, 2011.....	108
BRITO. Teca Alencar de. Música na Educação Infantil. Peirópolis, 2003.....	109
CURTO, L.M.; MURILLO, M.M.; TEIXIDÓ, MM. Escrever e ler: como as crianças aprendem e como o professor pode ensiná-las a escrever e ler - Volume I. Artmed, 2000.....	109
FERREIRA, M. C. R (org.). Os fazeres na educação infantil. Cortez, 2011.....	110
FERREIRO, E. Alfabetização em processo. Cortez, 21ª ed., 2015.....	110
FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. Psicogênese da Língua Escrita. Artmed, 1999.....	110
FERREIRO, E. Reflexões sobre alfabetização. Cortez, 26ª ed., 2011.....	111
HOFFMANN, J. M. L. Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Mediação, 2015.....	112
LERNER, D. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Artes Médicas, 2007.....	114
SMOLE, K. C. S. A matemática na educação infantil. Artmed, 2003.....	119
SMOLE, K.; DINIZ, M. I. Ler e escrever e resolver problemas. Artes Médicas, 2001.....	119
SOLÉ, I. Estratégias de Leitura. Penso, 6ª ed., 1998.....	121

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor Adjunto de Educação Básica

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR:
INTRODUÇÃO: MARCOS LEGAIS,
FUNDAMENTOS, PACTO INTER FEDERATIVO;
ESTRUTURA DA BNCC;**

Prezado Candidato, devido ao formato do documento, disponibilizaremos o material na íntegra em nosso site eletrônico, conforme segue:

www.novaconcursos.com.br/retificacoes

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil.

A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Fonte: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

**A ETAPA DO ENSINO FUNDAMENTAL: O
ENSINO FUNDAMENTAL NO CONTEXTO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA;**

O **Ensino Fundamental** é um dos níveis da Educação Básica no Brasil. O Ensino fundamental é obrigatório, gratuito (nas escolas públicas), e atende crianças a partir dos 6 anos de idade.

O objetivo do Ensino Fundamental Brasileiro é a formação básica do cidadão. Para isso, segundo o artigo 32º da LDB, é necessário:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Desde 2006, a duração do Ensino Fundamental, que até então era de 8 anos, passou a ser de 9 anos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9395/96) foi alterada em seus artigos 29, 30, 32 e 87, através da Lei Ordinária 11.274/2006, e ampliou a duração do Ensino Fundamental para 9 anos, estabelecendo como prazo para implementação da Lei pelos sistemas de ensino, o ano de 2010.

O Ensino Fundamental passou então a ser dividido da seguinte forma:

o Anos Iniciais – compreende do 1º ao 5º ano, sendo que a criança ingressa no 1º ano aos 6 anos de idade.

o Anos Finais – compreende do 6º ao 9º ano.

Os sistemas de ensino têm autonomia para desdobrar o Ensino Fundamental em ciclos, desde que respeitem a carga horária mínima anual de 800 horas, distribuídos em, no mínimo, 200 dias letivos efetivos.

O currículo para o Ensino Fundamental Brasileiro tem uma base nacional comum, que deve ser complementada por cada sistema de ensino, de acordo com as características regionais e sociais, desde que obedeçam as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III - orientação para o trabalho;

IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais. (ART. 27º, LDB 9394/96)

A responsabilidade pela matrícula das crianças, obrigatoriamente aos 6 anos de idade, é dos pais. É dever da escola, tornar público o período de matrícula.

Além da LDB, o Ensino Fundamental é regrado por outros documentos, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), os pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) e as legislações de cada sistema de ensino.

Fonte: <https://www.infoescola.com/educacao/ensino-fundamental/>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor Adjunto de Educação Básica

ANOS INICIAIS: COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS, UNIDADES TEMÁTICAS, OBJETOS DE CONHECIMENTO E HABILIDADES NAS ÁREAS DE LINGUAGENS, MATEMÁTICA, CIÊNCIAS DA NATUREZA, CIÊNCIAS HUMANAS E ENSINO RELIGIOSO.

O planejamento para os anos iniciais de ensino deve ter como foco processo de leitura e de escrita. Para tanto, a coordenação pedagógica pode centrar suas orientações na mediação na sala de aula entre professor e aluno, momento em que o professor tem condições de identificar os conhecimentos prévios do aluno, sua prática social inicial e organiza o seu plano de aula propondo a superação dessa condição inicial, levando o aluno à apropriação de conhecimento mais elaborado.

Desta forma, “[...] a aprendizagem é uma atividade do aluno visando à apropriação de conceitos, métodos e instrumentos cognitivos, mas necessita de uma “intervenção” do outro, por meio da mediação [...]”. (LIBÂNEO, 2012, p.43).

O domínio da leitura e da escrita é condição essencial para que o sujeito atue na sociedade, esta sociedade cada vez mais tecnificada. A tecnologia permitiu os avanços dos meios de comunicação e informação, exigindo do sujeito maior destreza na utilização desses aparatos e leitura mais crítica sobre a organização social. Logo apenas ler e escrever, a mera decodificação de códigos, não atende às necessidades postas na atual sociedade, faz-se necessário que o sujeito se aproprie de conteúdos essenciais para o exercício de sua prática social. Com isto, ir além da decodificação de códigos é propor na escola, a prática social da leitura e da escrita fundamentada no letramento.

Sujeito insira-se com competência no mundo das informações que constituem uma rede complexa de relações.

Como a coordenação pedagógica e os professores podem definir a maneira de mediar a prática social da leitura e da escrita com os alunos? Sabe-se que historicamente métodos de alfabetização foram constituídos com propostas diferenciadas de alfabetização, por exemplo, do método tradicional, passando pelo método global.

A seleção de um método que oriente o fazer pedagógico na escola deve estar alinhada ao que propõe o projeto pedagógico curricular, suas orientações e a partir do documento norteador, estabelecer as análises da prática social dos alunos e definir os objetivos de aprendizagem, as fontes de estudos e de aproximação com o conteúdo, os procedimentos metodológicos, o processo de avaliação. Fica evidente a necessidade de a coordenação pedagógica propor um planejamento fundamentado na concepção do desenvolvimento de práticas sociais de leitura e de escrita e de elaboração de instrumentos que possibilitem ao professor analisar o caminho da aprendizagem do aluno.

Para analisar a apropriação do conhecimento pelo aluno, Silva e Castanheiras propõem a elaboração de uma matriz de referência que orientará o professor nesse momento de avaliação.

Para a elaboração de uma matriz de referência da avaliação, o professor deve se guiar primeiramente, pela definição das capacidades referentes ao processo de alfabetização e letramento que serão desenvolvidas ao longo de um ano letivo. No caso da alfabetização, deve definir as capacidades referentes a apropriação do sistema da escrita alfabético-ortográfico, bem como o desenvolvimento de capacidades motoras pertinentes a esse processo, como, por exemplo, se a criança compreende as diferenças entre a escrita alfabética e outras formas gráficas, se conhece as letras do alfabeto, se reconhece algumas sílabas, etc. (SILVA; CASTANHEIRAS, 2005, p. 21).

Uma matriz de referência para avaliação tem como finalidade, então, orientar os professores na definição dos conhecimentos que o aluno se apropriou quanto ao letramento, possibilita identificar os conhecimentos adquiridos pelos alunos. As autoras sugerem o seguinte exemplo.

Garantir espaços de aprendizagem que promovam o conhecimento dos alunos que os levem a se apropriarem das diferentes formas do uso da língua e da escrita na sociedade contemporânea, significa apresentar aos alunos as linguagens utilizadas pelos homens e mulheres, a forma como se expressam e se comunicam, enfim, o uso social desse conhecimento.

Fonte: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/planejamento-nos-anos-iniciais-do-ensino-fundamental/43397>

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS GERAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010 (*)

Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na alínea “c” do § 1º do artigo 9º da Lei nº 4.024/1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131/1995, nos artigos 36, 36- A, 36-B, 36-C, 36-D, 37, 39, 40, 41 e 42 da Lei nº 9.394/1996, com a redação dada pela Lei nº 11.741/2008, bem como no Decreto nº 5.154/2004, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 7/2010, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 9 de julho de 2010.

RESOLVE: